

O SISTEMA EAD COMO INCLUSÃO SOCIAL NO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL

Thamy Pinheiro de Oliveira Miranda¹

Pábio Rodrigues de Paula²

Rossano Figueiredo Golin³

Gisele Silva Lira de Resende⁴

RESUMO: Este estudo teve como objetivo fazer uma análise dos aspectos ligados ao Ensino Superior por meio da modalidade a distância. Fez-se uma abordagem investigativa no intuito de compreender se esse sistema de ensino possui a mesma eficiência que o processo ensino-aprendizagem da educação presencial, além de analisar os principais reflexos causados na formação profissional. Foi analisada a evolução histórica do Ensino à Distância (EAD) no Brasil, bem como o processo de democratização do ensino por meio desse sistema para, ao final, entender os reflexos disso na Educação Superior. Foi uma pesquisa básica, cuja forma de abordagem foi a qualitativa, quanto aos objetivos utilizou-se a pesquisa exploratória por ser a mais adequada para lidar com as informações coletadas, foi realizada por meio do método dedutivo e o método comparativo por permitir comparar como a Educação a Distância pode influenciar na formação profissional do indivíduo. Foi de suma importância a busca pelos posicionamentos de autores como Lopes (2017), Palange (2017) e Pimentel (2017), por debaterem acerca do tema em análise. Conclui-se que, a educação à distância tem sido uma experiência positiva de inclusão social, porém com as amarras do capitalismo que induz a busca pelo lucro e fomenta a economia por meio de ofertas de cursos superiores à distância. A importância do Ensino a Distância como meio de democratização do Ensino consta como um dos caminhos que pode determinar o sucesso de um indivíduo impossibilitado de obter sua formação pelo sistema presencial de ensino.

PALAVRAS-CHAVE: Educação a Distância. Ensino Superior. Inclusão Social

¹ Especialista em Engenharia de segurança do trabalho pelo IMP - Instituto de Pós-graduação Barra do Garças-MT. Bacharela em Engenharia de Produção Agroindustrial pela Universidade do Estado de Mato Grosso-UNEMAT. Professora do curso de Logística no UniCathedral – Centro Universitário. E-mail: thamy.p.oliveira@hotmail.com.

² Mestre em Administração pela Fundação Pedro Leopoldo. Professor e Coordenador do curso de Logística no UniCathedral – Centro Universitário. E-mail: engenheiro.pabiopr@gmail.com.

³ Especialista em Gestão de Logística Empresarial pela Escola Aberta do Brasil – ESAB. Professor dos cursos de Logística e Administração no UniCathedral – Centro Universitário. E-mail: rossano.golin@hotmail.com.

⁴ Doutora em Educação (UCLV/UFBA), com Pós-doutorado em Educação e Saúde (UFMT). Bacharela em Serviço Social. Licenciada em Pedagogia. Professora nos Curso de Direito e de Pedagogia. Pesquisadora no Núcleo de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão, na linha – Direitos Humanos e Cidadania, no UniCathedral – Centro Universitário. E-mail: giselelira@hotmail.com

THE EAD SYSTEM AS SOCIAL INCLUSION IN HIGHER EDUCATION IN BRAZIL

ABSTRACT: This study aimed to analyze aspects related to Higher Education through distance learning. An investigative approach was undertaken in order to understand if this education system has the same efficiency as the teaching-learning process of face-to-face education, besides analyzing the main reflexes caused in the professional formation. It was analyzed the historical evolution of Distance Learning (EAD) in Brazil, as well as the process of democratization of education through this system, in order to understand the reflexes of this in Higher Education. It was a basic research, whose approach was qualitative, as far as the objectives were used, the exploratory research was the most adequate to deal with the information collected, it was carried out by means of the deductive method and the comparative method for comparing how the Distance education can influence the professional training of the individual. The search for the positions of authors such as Lopes (2017), Palange (2017) and Pimentel (2017) was of great importance, because they debated on the subject under analysis. It is concluded that, distance education has been a positive experience of social inclusion, but with the bonds of capitalism that induces the search for profit and fosters the economy through offers of distance courses. The importance of Distance Learning as a means of democratization of Teaching is one of the ways that can determine the success of an individual unable to obtain their training through the face-to-face teaching system.

KEYWORDS: Distance Education. Higher education. Social inclusion

1. INTRODUÇÃO

A Educação é um fenômeno social indispensável para o desenvolvimento da sociedade, pois consiste em um conjunto de ações capaz de transformar a realidade social por meio da construção do conhecimento adquirido empiricamente e pela abstração do pensamento. Desse modo, o conhecimento é transmitido de gerações e gerações por meio do ensino dirigido, uma vez que, o próprio saber exige um processo técnico que viabilize sua propagação.

Esse estudo foi realizado no cenário da educação, mais precipuamente sobre a modalidade de ensino a distância. O tema tem sido objeto de inúmeras discussões e reflexões por ser tratar de um assunto importante no que diz respeito ao uso das TICs -Tecnologias da Informação e Comunicação, que criou novos ambientes e permitiu que pessoas que se encontram dispersas geograficamente, pudessem ter acesso ao Ensino Superior. Essa autonomia não seria possível sem os mecanismos adotados pela modalidade de ensino (EaD), alcançando assim, usuários independentemente da localização física.

Nesse sentido, essa pesquisa abordou o tema: O sistema EaD como Inclusão Social no Ensino Superior no Brasil. Ademais, buscou-se responder o seguinte problema: O sistema EaD tem sido uma ferramenta de inclusão social eficaz na democratização do Ensino Superior no Brasil? Ao mesmo tempo

que, o objetivo geral foi de analisar os principais reflexos da democratização da Educação Superior no Brasil.

Pelo exposto, uma das hipóteses é de que educação a distância prepara o profissional para o mercado de trabalho, por constituir meio eficaz de aprendizagem, e de que processo de qualificação por meio do sistema EAD, favorece a inclusão social e promove a inserção de seus usuários no mercado de trabalho.

Trata-se de uma pesquisa básica, cujo objetivo foi analisar os principais reflexos que o Ensino a Distância provoca na formação profissional, considerando a qualidade do ensino oferecido pelas instituições privadas e públicas. A política de inclusão social tem sido amplamente fomentada pelo governo, criando-se assim, modelos de ensino que alcancem pessoas que jamais teriam oportunidade de concluir uma graduação superior.

Diante das questões instigadas, a forma de abordagem de pesquisa foi a qualitativa, já que se analisará o uso das tecnologias empregadas no sistema de Educação a Distância são suficientes para satisfazer as necessidades da aprendizagem. Adiante com o assunto, aliou-se à pesquisa exploratória, por considerá-la a mais adequada para lidar com as informações coletadas, com o intuito de discutir se o profissional que tem sua formação, por meio do Ensino a Distância, consegue se inserir no mercado de trabalho em concorrência franca com os demais profissionais submetidos a uma formação mais ampla na modalidade presencial.

A pesquisa é bibliográfica e se estabeleceu como ponto de partida a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei nº 9.394/1996, além de obras que debatem acerca do tema ora em comento e que contribuem para o enriquecimento da pesquisa e ampliação do conhecimento. No campo doutrinário, foi fundamental o estudo de autores tais como: Lopes (2017), Palange (2017) e Pimentel (2017).

Isso posto, entende-se que o método de abordagem, foi o método dedutivo, que tem origem de um raciocínio amplo, os aspectos históricos e culturais na educação a distância, para uma premissa menor, aspectos pedagógicos na educação a distância, as barreiras que dificultam o desenvolvimento da aprendizagem ou as facilidades que favorecem o ensino.

Por fim, quanto ao método do procedimento, foi vislumbrado o comparativo, pois, melhor se amoldou ao estudo para verificar se a formação profissional por meio do sistema de Educação à Distância dá condições ao usuário de concorrer no mercado de trabalho como demais profissionais cuja formação foi na modalidade presencial.

Assim, buscou-se definir a importância para a atualidade do acesso ao ensino e a democratização da educação em uma sociedade cada vez mais globalizada e exigente quanto as necessidades do mercado, para finalmente compreender o EaD, suas características, procedimentos técnicos e a inclusão social que esta promove a seus usuários por meio de capacitação profissional.

Dessa maneira, esse formato de acesso à informação é produto da globalização e traz novas concepções de mundo ao universalizar a educação. Aliás, o próprio conceito de distância tem se

transformado, em virtude das inúmeras possibilidades de comunicação à distância que as tecnologias oferecem.

Nesse sentido, essa pesquisa se justificou pela investigação que se fez no sentido de entender a natureza do sistema EaD e a capacitação por meio de tecnologias que proporciona conduzir informações à distância. A preocupação máxima é se o ensino oferecido por meio da Educação à Distância possui qualidade suficiente para formar o cidadão brasileiro, não apenas para trabalhar, mas para se tornar participativo em diversos setores da sociedade.

2. A EVOLUÇÃO DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA NO BRASIL

Para compreender melhor a evolução do ensino a distância no Brasil, é necessário demonstrar a perspectiva histórica de sua construção, que será feito em breves palavras. Sua origem começa com os cursos de instrução que eram entregues pelo correio, cuja denominação era estudo por correspondência, mas também era chamado estudo em casa, pelas primeiras instituições com fins lucrativos, e estudo independente pelas universidades.

Surgiu na década de 1880, fomentado pelo desejo das pessoas de estudar em casa ou no trabalho, sendo possível, pela primeira vez, obter instrução de um professor a distância. Tudo isso foi possibilitado pela ocorrência da invenção de uma nova tecnologia, os serviços postais baratos e confiáveis, resultando em grande parte da expansão das redes ferroviárias.

Desta feita, a idealização desse sistema foi motivada principalmente pelos primeiros educadores por correspondência, que compartilhavam da visão de usar tecnologia para chegar até aqueles que de outro modo não poderiam se beneficiar dela.

Cabe notar, que naquele tempo, isso incluía as mulheres e, talvez por essa razão, elas desempenharam um papel importante na história da educação a distância. A primeira geração do Ensino a Distância no Brasil foi marcada pela comunicação textual por meio da correspondência, e a segunda geração veio através do rádio e televisão, e, já na terceira geração, criaram-se as Universidades Abertas.

Somente na quarta geração é que surgiu a interação à distância em tempo real, em cursos de áudio e videoconferência, e recentemente o aprendizado se tornou *on-line* consolidando a quinta geração, encontrando espaço em universidades virtuais. Uma característica marcante da quinta geração é o uso dos recursos midiáticos possibilitando o usuário acessar o conteúdo independente do lugar e do momento, superando as distâncias e o tempo.

O trecho a seguir, preenchido pelas palavras de Maria de Fátima Rodrigues Pereira, resume bem essa evolução:

Historicamente, a modalidade a distância teve origem no século XIX e conheceu diferentes etapas evolutivas associadas às tecnologias de transporte, comunicação e informação. Do ponto de vista da evolução tecnológica, as gerações de EaD vão desde os cursos por correspondência, passando pela transmissão radiofônica e televisiva, pela utilização do telefone e informática,

até os atuais processos de meios conjugados: a telemática e a multimídia (PIMENTEL, 2017, p. 34).

O texto retromencionado demonstra que a despeito da Educação a Distância no país, os programas vêm sendo aperfeiçoados, no sentido de romper as dificuldades trazidas pela distância entre professor e aluno.

Percebe-se, dessa forma, uma continuidade evolutiva nesse processo, posto que em 1994 por força do Decreto nº 1.237, de Setembro de 1994, houve um avanço vultoso nos investimentos no sistema de Educação a Distância, lançando mão de novas tecnologias, ampliando os cursos disponíveis, recebendo mais estudantes e aumentando a credibilidade, ao ponto de se estender às Universidades Públicas.

Diante disso tudo foi publicado, mais tarde, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) nº 9.394/1996, que reconheceu a Educação à Distância, nos termos do artigo 80, que diz:

Art. 80. O Poder Público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e modalidades de ensino, e de educação continuada. [...]

§2º A União regulamentará os requisitos para a realização de exames e registro de diploma relativos a cursos de educação a distância.

§3º As normas para a produção, controle e avaliação de programas de educação a distância e a autorização para sua implementação, caberão aos respectivos sistemas de ensino, podendo haver cooperação e integração entre os diferentes sistemas (BRASIL, 1996).

A partir de então se intensificaram o surgimento de cursos à distância em diferentes níveis, principalmente os de caráter supletivo. O Estado de Mato Grosso foi pioneiro em disponibilizar um curso de graduação a distância, ofertado pela Universidade Federal de Mato Grosso, o curso de Pedagogia de 1ª a 4ª série, foi destinado aos professores em serviço da rede pública estadual e municipal.

Segundo levantamento feito pela Fundação Getúlio Vargas, o número de alunos matriculados em cursos superiores à distância vem aumentando, hoje são cerca de 1,2 milhões de estudantes usuários dessa modalidade de ensino, principalmente nos cursos de formação de professores, incluindo-se nessa lista os cursos de Pós-Graduação e de Extensão.

É importante notar que esse tipo de experiência educacional pode se revelar como um novo “nicho” de mercado muito promissor no capitalismo globalizado ante as transformações sociais das últimas décadas. O mercado de trabalho está cada vez mais exigindo dos profissionais que estes assumam funções mais complexas, principalmente na seara tecnológica, e o Ensino a Distância aparece como uma nova mina do mercado educacional e se mostra bastante promissor do ponto de vista econômico.

Essa é uma tendência mundial, estimulando oferta de cursos por praticamente todas as grandes universidades do planeta, especialmente as norte americanas, que oferece seus cursos por meio dos mais diversos recursos tecnológicos. Nesse viés, as empresas e associações estão aderindo a essa nova

conceituação de formação continuada, direcionando especialização as mais diversas categorias profissionais (médicos, engenheiros, por exemplo).

Por causa dessa ampliação, permeia, sobre as práticas educativas do Ensino a Distância, uma desconfiança baseada nas experiências dos profissionais que obtêm seu diploma de Ensino Superior por meio desta modalidade de ensino. Talvez seja pelo fato de transparecer que a indústria educacional está conduzindo o sistema de forma a alimentar a economia através de vendas de certificados e diplomas.

Permitir a criação de novos cursos, para alimentar a abertura mapeada de uma das propostas dessa pesquisa é fazer uma análise para identificar se o profissional oriundo de uma instituição superior na modalidade presencial, têm preferência em ocupar uma vaga no mercado de trabalho em relação ao que teve formação pelo sistema Educação a Distância.

Dessa forma, conforme a sociedade foi se tornando mais moderna e surgiram novas tecnologias de informação foram aparecendo novos formatos de cursos disponível no sistema de Educação a Distância, dando, assim, novas direções ao setor de ensino superior, e novas oportunidades ao estudante que teve ampliada a gama de curso a sua disposição.

2.1. UMA VISÃO E UM MODELO SISTÊMICO

Para compreender a natureza multidimensional desse sistema, é necessário fazer uma explanação sucinta do que vem a ser a Educação a Distância, que pode ser definida como o aprendizado planejado que ocorre normalmente em um lugar diferente do local do ensino, exigindo técnicas especiais de criação do curso e de instrução, comunicação por meio de várias tecnologias e disposições organizacionais e administrativas especiais.

Outrossim, pode-se considerar como uma análise conceitual, que amplia o entendimento acerca do que vem a ser a Educação a Distância, esta descrição feita por Rita de Cássia Matos Guarezi:

[...] EaD é um sistema tecnológico de comunicação bidirecional que substitui a interação pessoal, em sala de aula, entre professor e aluno, como meio preferencial de ensino, pela ação sistemática e conjunta de diversos recursos didáticos e pelo apoio de uma organização tutorial, de modo a propiciar a aprendizagem autônoma dos estudantes (GUAREZI; MATOS, 2009, p. 19).

Desta forma, se percebe que é um sistema pelo qual se prioriza o aprendizado por meio de uso de tecnologias que permitem o acesso ao ensino mesmo distante do professor. Sobre o aspecto do que vem a ser a verdadeira natureza da EaD, o autor Otto Peters descreve:

[...] há muitos membros do corpo docente que acreditam e estão mesmo convencidos de que a única diferença é apenas a “distância” e a importância da mídia técnica necessária para transpor o abismo entre quem ensina e quem aprende. Na opinião deles, o resto do processo de ensino-aprendizagem permanece idêntico. No entanto, esta opinião está errada, mostra uma abordagem equivocada à Educação a Distância e revela uma atitude pedagógica inadequada (PETERS, 2012, p. 69).

O autor chama a atenção para o equívoco de diferenciar a EaD da educação universitária convencional apenas pela introdução de mídias técnicas.

A Educação a Distância no Brasil é hoje um dos principais pilares de formação acadêmica profissional. Trata-se de um sistema de ensino em que o discente e seu professor, orientador ou tutor estão longe um do outro, às vezes no tempo, às vezes no espaço, o que não impede que estejam ligados um ao outro por meio de uma tecnologia.

Esse sistema deve ser flexível por atender à necessidade do que tem anseio em aprender sem, contudo, tirá-lo de sua realidade ou, se o fizer, que seja de maneira sutil, adequando os estudos entre um horário e outro. E democrático, pois o Estado brasileiro tem a Educação como direito fundamental, norma cogente da Carta Política de 1988, dessa maneira, o Ensino a Distância permite que esse direito esteja à disposição de um maior número de brasileiros.

De acordo com os pesquisadores Luís Fernando Lopes e Maria de Fátima Rodrigues Pereira, pode-se definir: “Educação a Distância é uma modalidade mediante a qual se transferem informações cognitivas e mensagens formativas através de vias que não requerem uma relação de contiguidade presencial em recintos determinados” (LOPES; PEREIRA, 2017, p. 13).

Ou seja, é um sistema que permite a transmissão de conhecimento por meio de alguma mídia, seja televisiva, internet, por CD, periódicos ou imprensa, dentre outros. É necessário o uso de meios tecnológicos que intermediam essa transmissão de conhecimentos, para isso há as Tecnologias de Informação e Comunicação.

Com essas tecnologias é possível levar a educação aos lugares mais remotos, desde que apenas disponha, aquele que vai receber as informações, de tecnologia compatível para essa transmissão de dados. Ou seja, são tecnologias de extrema necessidade que permite agrupar, difundir e partilhar o conhecimento em seus mais diversos níveis.

Assim, como parte da educação no Brasil, o Ensino a Distância, necessitou melhorar técnicas de repassar o conhecimento, rompendo barreiras tecnológicas e de discriminação, para alcançar um lugar de destaque no cenário da educação brasileira, ainda assim, e sob a desconfiança dos mais incrédulos, aprimorou-se em suas formas de repassar o ensino e principalmente em colher os resultados.

3. DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO AO ENSINO SUPERIOR

A democratização do acesso aos meios técnicos disponíveis na sociedade e a diminuição das desigualdades sociais são fenômenos intrínsecos à capacidade política do Estado. Nesse viés, a democratização do Ensino Superior se torna uma dinâmica imprescindível para a expansão da educação, abrindo possibilidades de ações pedagógicas oferecidas por diversos meios.

O Brasil tem adotado modelos educacionais que deram certo em outros países, cujos projetos criaram oportunidades de mudanças, de modo a assegurar que os sistemas educacionais alcancem todos os cidadãos e desenvolva, na sociedade, novas potencialidades, permitindo a autonomia numa perspectiva de transformação.

Sobre esse aspecto houve um significativo avanço no que diz respeito à modalidade de ensino a distância, ou seja, investimentos públicos e privados para ampliação da Educação a Distância. Nesse sentido, deve-se considerar o universo de matriculados, cerca de 150 mil, nessa modalidade só em Instituições Públicas de Ensino Superior.

De acordo com pesquisas realizadas pelo Ministério da Educação, por meio do INEP (O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais), que apresentou o documento Notas Estatísticas - Censo da Educação Superior 2016, em que consta, na página 07, o crescimento no números de matriculados em cursos de graduação presencial diminuiu 1,2% (um virgula dois por cento) entre 2015 e 2016, enquanto que na modalidade a distância, o aumento foi de 7,2% (sete vírgula dois por cento), como demonstrado a seguir:

O número de matrículas em cursos de graduação presencial diminuiu 1,2% entre 2015 e 2016; Na modalidade a distância, o aumento foi de 7,2%; A participação da educação a distância em 2006 era de 4,2% do total de matrículas em cursos de graduação e aumentou sua participação em 2016 para 18,6%. O número de matrículas na modalidade a distância continua crescendo, atingindo quase 1,5 milhão em 2016, o que já representa uma participação de 18,6% do total de matrículas da educação superior (INEP, 2016).

Como se observa acima, esse dado oficial deixa evidente que há um aumento de matriculados que se beneficiam do ensino a distância. No entanto, esse crescimento tem sido observado nas Instituições Privada de Ensino Superior, ou seja, sendo um contrassenso ao caráter público do ensino, conforme norma cogente da Constituição Federal no artigo 205.

Se por um lado o acesso ao ensino superior vem crescendo, viabilizado pela facilidade possibilitada pelo Ensino a Distância, por outro, diminuiu-se o acesso em Instituições Públicas de Ensino Superior. Percebe-se então que o investimento no EaD está vindo com um possível caráter mercadológico, que comercializa a educação com o objetivo de galgar lucros e aumentar seu poder no mercado capitalista.

Embora a população se beneficie da facilidade do acesso, não é todo o cidadão que possui condições de arcar com a despesa de uma faculdade privada. Esses dados referentes ao crescimento em âmbito privado também foram divulgados pelo INEP, é o que demonstra os dados a seguir:

Nos programas especiais, mais de 60% das vagas oferecidas pelas IES em cursos a distância foram cobertas. Nos cursos presenciais essa cobertura ficou em 30,8%; As IES privadas têm uma participação de 75,3% (6.058.623) no total de matrículas de graduação. A rede pública, portanto, participa com 24,7% (1.990.078). Quando se comparam os anos de 2006 e 2016, observa-se um aumento no número de matrículas de 66,8% na rede privada e de 59,0% na rede pública (INEP, 2016).

Observa-se, por outro lado, o mesmo fenômeno percebido na educação presencial, ou seja, a maior parte das matrículas se encontram no setor privado.

Assim, há uma notória democratização do ensino, porém, com diminuição do acesso nas Instituições Públicas, afastando a ideia de ampliar a possibilidade de integralizar pessoas que não dispunha de oportunidade para cursar uma faculdade.

As dificuldades não param por aqui, pois algumas pessoas apenas conseguem uma profissão por ter tido acesso por meio do sistema da Educação a Distância. Isso é mais perceptível em comunidades cuja configuração não favorece a criação de um centro de ensino superior.

E isso se dá por diversos motivos, tais como, o número de habitantes, a dificuldade de deslocamento de profissionais para constituir o corpo de funcionários que habilite uma Instituição de Ensino Superior, são exemplos de barreiras que impedem o acesso ao Ensino Superior.

Nesse sentido, quando se observa os aspectos finalísticos, tem-se então um novo modo de socialização, decorrentes de artefatos técnicos e interativos que ligam o sujeito ao seu professor independente do lugar onde estão. Essa mediação que promove a transmissão de conhecimento, enfrenta dificuldades para avaliar o real preparo do aluno, pois raramente irá se desenvolver um contato entre os envolvidos para que seja feita uma efetiva avaliação.

Assim, sozinho fisicamente, o aluno precisa desenvolver uma postura de autodidatismo, disciplina e determinação para que seu desenvolvimento intelectual seja alcançado de forma satisfatória e todo o aprendizado seja coerente com o universo social que em vive.

3.1. CONTRADIÇÕES DO CRESCIMENTO

A democratização da Educação Superior é uma expressão que designa objetivos amplos, sendo um terreno fértil para discussões que envolve debates sobre o caráter público e da formação ampla que confere ao ensino. Em relação a isso, políticas públicas para a Educação à Distância na última década trouxeram avanços e retrocessos, e programas de expansão de vagas para a Educação Superior pública, bem como a infraestrutura criada para a formação continuada de professores constituem avanços significativos, entretanto, o retrocesso é a manutenção de um modelo de EaD com profundas divergências de concepções programáticas.

Observando essa ambiguidade, corre-se o risco de construir uma modalidade de educação de caráter emergencial, voltada para a resolução rápida de uma demanda por mão de obra qualificada. Chama-se a atenção para o fato de a EAD ser um complemento educacional cuja eficiência fica limitada a alguns poucos casos de pessoas realmente impossibilitadas de frequentar um curso presencial, como prisioneiros, acamados, entre outros, mas que deve ter suas peculiaridades levadas em conta, para que não torne o sistema um sustentáculo da educação superior no Brasil, assumindo a responsabilidade de suprir as necessidades da política nacional de educação.

Além disso, no sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB), por exemplo, possui uma das falhas oriundos da expansão da Ensino a Distância no setor público, pois, sua forma de funcionamento e financiamento não exigem qualquer nível de institucionalização.

O aluno dessa modalidade é considerado distinto em todos os direitos estudantis, haja vista que o Programa Nacional de Financiamento Estudantil (PNAES), em sua regulamentação, não direcionar qualquer recurso financeiro para estes alunos.

Vale ressaltar que as ações em pesquisa e extensão não são financiadas pelo mesmo motivo apresentado acima e o aluno do Ensino a Distância, em função de ser oriundo de um programa governamental, como o sistema UAB, não é integrado às políticas de pesquisa e extensão e, por conseguinte, não vivencia experiências universitárias completas.

O Autor Laymert Garcia dos Santos assim decorre:

Portanto a razão do fracasso de muitos projetos de educação para o desenvolvimento deve ser buscada lá mesmo onde se encontram bloqueadas as veleidades da escola nos países subdesenvolvidos, isto é, no conjunto dos fatores socioeconômicos e culturais, no chão social sobre o qual os projetos são construídos. Ora, o que importa aqui é que, frequentemente, o chão social compromete não só as experiências, mas com elas, a intenção de avaliá-las (SANTOS, 2011, p. 169).

O que parece variar nessa perspectiva de Ensino a Distância, é que ao invés de representar a ampliação da igualdade de oportunidades de acesso ao Ensino Superior, acaba impondo uma limitação aos seus alunos, tornando-os vulneráveis no contexto capitalista em que se encontra o Brasil, numa realidade social de competitividade característicos do mercado profissional globalizado.

A polêmica que então se mobiliza é que a modalidade de Ensino a Distância apresenta essa realidade um tanto quanto desfavorável para seus alunos, sendo legítimo que numa disputa de vaga com um concorrente oriundo de uma formação presencial que gozou de todas as prerrogativas de uma faculdade, com suas pesquisas de extensões custeadas e tal, este possui mais chances que o primeiro.

Independentemente de entrar no mérito de cada uma dessas complexas questões, diversos problemas e entraves característicos desse processo de ensino devem ser considerados e os resultados de caráter democrático da educação por meio do Ensino a Distância têm permitido a universalização do ensino e expansão da educação num país como o Brasil, cuja proporções geográficas exigem formas de educação capazes de atender a todas as regiões. Mas deve ser observado algumas características inerentes a esse modelo de ensino, como diz o autor Josias Ricardo Hack:

Educação à distância, por sua vez, exige aprender a aprender, elaboração e consequente avaliação. É uma modalidade de realizar o processo de construção do conhecimento de forma crítica, criativa e contextualizada, no momento em que o encontro presencial do educador e do educando não ocorrer, promovendo-se, então, a comunicação educativa através de múltiplas tecnologias (HACK, 2011, p. 54).

Trata-se, portanto, de reconhecer que os recursos pelos quais se manifesta o EaD, qualifica o cidadão, porém, cabe uma reflexão acerca da qualidade desse ensino, se este tem possibilitado a prática profissional, se capacita ao mercado de trabalho e se atende às expectativas dos respectivos setores

empregatícios. Ao passo que ter um diploma não é sinônimo de profissionalismo, sendo assim, o que determina um bom profissional é sua destreza e habilidade para lidar com o meio.

Assim, a democratização da educação, por meio do Ensino a Distância, fomenta práticas sociais, e não elucida apenas uma significação, o objetivo principal deve se pautar na universalização de oportunidades, o cultivo da liberdade do educando em respeito a suas limitações e sobretudo, valorizar a profissionalização. Portanto, a EaD é uma modalidade que transmite conhecimento de forma diferenciada, por meio do qual o indivíduo é socializado para desenvolver sua autonomia, capacidade de resolver problemas, tomar decisões e de transformar o processo de seu próprio aprendizado, tornando-se, assim, um cidadão mais preparado.

4. EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA COMO POSSIBILIDADE DE DEMOCRATIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR

O processo de ressignificação do ensino por meio da Educação a Distância levou o sistema educacional a inúmeras tentativas de normatizar essa modalidade, no intuito de democratizar o acesso ao ensino superior, a fim de promover a cidadania e facilitar a inserção no mercado de trabalho.

Salienta-se que a Educação a Distância possibilitou o acesso ao conhecimento e principalmente no que se refere à educação continuada, favorecendo milhares de pessoas que devido às barreiras impostas pela logística, não conseguiam fazer um curso superior. Essa oportunidade foi ofertada pela Educação a Distância, que ampliou o quadro de profissionais como licenciados nas diversas ciências e tecnologias, contadores, engenheiros, entre outras profissões.

O autor Darcício Natal Muraro aponta o que disciplina o Ensino a Distância como uma forma de democratizar a educação, de maneira que se torna uma ferramenta de socialização do ensino, descrevendo assim essa questão:

O desenvolvimento da capacidade de resolver os problemas sociais, com a participação ativa e livre da vida democrática, é uma das tarefas da educação. A vida democrática necessita de uma educação que capacite as pessoas a solucionar problemas com uso do instrumento da inteligência e da cooperação, e não na memorização de conteúdo ou verdades fixas. Daí a inseparabilidade da democracia da educação e ambas do pensar a experiência problemática (MURARO, 2012, p. 10).

Essa reflexão é um demonstrativo da significação e do ideal promovido pela Educação a Distância, com sua contribuição social proporcionado pela maneira oportunista que desenvolve as aptidões. Exige-se, assim, que esse processo tenha objetivos voltados para a democracia do saber, que decorre do valor que a própria instituição privada de ensino superior irá cobrar ou da qualidade que as Instituições Públicas irão depreender para estruturar o processo e favorecer o aprendizado.

Vale salientar que o envolvimento das Políticas Educacionais no contexto da educação a distância tem sim um papel fundamental, porém, cabe uma reflexão. Esse acesso ao ensino superior não

pode se tornar a tábua de salvação para um problema que se arrasta há muito tempo no Brasil, que é a questão da gestão pedagógica que trata dessa modalidade. Mormente, é necessário gerir essa política de forma a priorizar a qualidade, pois de nada adianta uma democratização que transita pela mediocridade. O aprendizado deve corresponder às expectativas da qualidade da formação profissional, de forma a contribuir para o avanço nos aspectos formais do ensino.

A compreensão de que o aluno do Ensino a Distância deve passar pelo mesmo processo cognitivo de construção do pensamento, estabelece por exemplo, que as circunstâncias relacionadas a essa modalidade devem ser superadas. No entanto, a autoinstrução consiste em organizar as informações recebidas, para que haja mudança comportamental no final, segmentado num modelo funcional e pragmático. A democratização do ensino superior, sobretudo por meio do Ensino a Distância, deve, portanto, garantir ao aluno a transformação de sua realidade, assim explicita a autora Ivete Palange:

As ações educativas devem contemplar a oportunidade de colaboração para a construção do conhecimento. Os alunos devem se transformar em coautores das informações e das trilhas de aprendizagem. A educação a distância deve garantir a comunicação bidirecional, para que todos possam aprender e também ensinar de forma colaborativa, livre e plural, respeitando a subjetividade na atribuição de significados. Isso somente é possível em ambiente democrático e tolerante (PALANGE, 2017, p. 76).

Logo, a Educação a Distância faz parte dos projetos educacionais de inserção social e, apesar da interação entre o docente e os alunos ser limitada, o espaço alocado por essa modalidade deve promover o desenvolvimento do cidadão.

No tocante às ferramentas tecnológicas utilizadas para viabilizar o ensino a distância, elas visam colaborar, de forma sistemática, com uma avaliação pedagógica que irá mensurar o desenvolvimento intelectual de cada indivíduo e permitir a independência dos atores envolvidos no que tange a comunicação utilizada para avaliação.

É importante salientar que esse processo compreende às complexas habilidades com a tecnologia empregada, o que denota uma discussão acerca do acesso a essas tecnologias, de tal forma que, se não houver essa interação de maneira plena, o aprendizado ficará comprometido.

Assim, é importante que as políticas públicas de inserção social, por meio da democratização da educação respeitem as características ou dificuldades mais comuns dos educandos, sujeitando os atores a orientações que promovam de forma eficaz a formação profissional.

Os recursos didáticos e os métodos, utilizados por essa modalidade, nem sempre garantem o sucesso da aprendizagem, mas, adequados a cada realidade, podem definir um futuro promissor a seus usuários.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Ensino a Distância é um fenômeno social que trouxe sofisticação à educação em consequência da inserção de meios tecnológicos no processo de ensino-aprendizagem, possibilitando a

autonomia, o desenvolvimento do pensamento crítico e criativo a indivíduos que, sem a estrutura dessa modalidade, não teriam acesso à informação.

Dessa maneira, esse estudo foi realizado no cenário da educação, mais precipuamente sobre a modalidade de ensino a distância como ferramenta de inclusão social, tratando especificamente da democratização do ensino superior e fazendo uma reflexão acerca dessa inclusão social no Brasil.

Nessa esteira, o objetivo geral foi de analisar os principais reflexos da democratização da Educação Superior no Brasil, e para alcançar essa compreensão foi feita uma breve contextualização histórica de como o sistema de Educação a Distância se desenvolveu, no sentido de situar o leitor da evolução histórica da qualificação profissional por meio do EAD.

Historicamente, a Educação à Distância surgiu para fomentar o acesso a cursos profissionalizantes, cujo objetivo era alcançar as pessoas que desejavam estudar em casa, especificamente as mulheres que desempenharam um papel importante na história da Educação a Distância no Brasil. Com o advento da tecnologia, houve um salto no número de matriculados nesse sistema, possibilitado pelos recursos midiáticos, que viabilizavam a interação à distância entre professores e alunos.

Nesse sentido, a democratização do acesso ao ensino superior por meio da educação a distância possui dois vieses que antagoniza o debate a respeito desse tema. Um deles é o caráter mercadológico, que comercializa a educação com o objetivo de obter lucro. O outro, quando se observam os aspectos finalísticos, tem-se então um novo modo de socialização, decorrentes de artefatos técnicos e interativos que ligam o aluno ao professor independente do lugar onde estão.

Observando essa ambiguidade, uma conclusão que se chega é de que o ensino superior por meio da Educação a Distância oportuniza a obtenção de um diploma que determina uma profissão, portanto, sendo possível compreender que o processo de qualificação por meio do sistema EaD, favorece a inclusão social e inserção de seus usuários no mercado de trabalho.

Todavia, o sistema de Ensino a Distância, como qualquer outro meio educacional, possui algumas limitações, entre elas, as ações metodológicas que, muitas vezes, atendem ao coletivo, mas nem sempre ao individual, assim, corre-se o risco de construir uma modalidade de educação de caráter emergencial, voltada para a resolução rápida de uma demanda por mão de obra qualificada.

Outro fator que se observou pela análise feita, é que o aluno dessa modalidade é considerado distinto em todos os direitos estudantis, haja vista que o Programa Nacional de Financiamento Estudantil (PNAES) indica, em sua regulamentação, não direcionar qualquer recurso financeiro para estes alunos, deixando assim de oportunizar a concretização de políticas públicas de investimento educacional.

Dessa maneira, faz-se imprescindível uma reflexão acerca da democratização da educação por meio do sistema Educação a Distância, se efetivamente está contribuindo com a evolução e o desenvolvimento do ensino e aprendizado e promovendo a inclusão social, ou se está mais a serviço dos empresários da educação, cujo objetivo é lucrar e que, por isso, fazem poucos investimentos na qualidade do ensino.

A polêmica que então se mobiliza é que a modalidade de Ensino a Distância nem sempre atende à preocupação com a qualidade do ensino, principalmente em se tratando de Brasil, porém o mínimo necessário para se constituir a Educação a Distância como meio eficaz de inclusão social, deve ser levado em conta. Isso requer planejamento, bem como investimento para incorporar novas ideias, soluções e inovações para o efetivo processo de ensino e aprendizagem.

Trata-se, portanto, de reconhecer que é necessária uma mudança de comportamento do Estado diante dos investimentos em cursos de ensino superior a distância e de não ceder às pressões do setor privado de ensino superior, que interfere, por meio de abordagens incisivas, no controle da oferta de cursos pelo sistema público de educação. Assim se evitaria que o mercado seja atendido por Instituições que auferem tão somente o lucro, tornando a educação mais um produto de comercialização.

Diante disso, é importante que as políticas públicas de inserção social, por meio da democratização da educação respeitem a configuração que essa requer, e tenha uma gestão democrática e fiel ao objetivo da fomentação dessa modalidade de ensino, que respeitem às características ou dificuldades mais comuns dos educandos, sujeitando os atores a orientações que promovam de forma eficaz a formação profissional.

Conclui-se que a educação a distância tem sido uma experiência positiva de inclusão social, porém o capitalismo existente alcançou o sistema educacional e de alguma forma induz a busca pelo lucro visando apenas fomentar a economia do setor por meio de ofertas de cursos superiores a distância. No entanto, é importante o papel do Ensino a Distância, por estabelecer a inclusão social, democratizando a educação superior, além de ser um dos caminhos que poderá determinar o sucesso na carreira profissional de um indivíduo impossibilitado de obter sua formação pelo sistema presencial de ensino.

6 REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei 9.394/1996**, Brasília. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm>. Acesso em: 04 Set. 2018.

GUAREZI, Rita de Cássia; MATOS, Márcia Maria. **Educação a Distância sem segredos**. Curitiba: Ibplex, 2009.

HACK, Josias Ricardo. **Introdução à educação à distância**. Florianópolis: LLV/CCE/UFSC, 2011.

INEP. **Censo da Educação Superior**. Brasília: 2016. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=71221-nota-s-sobre-censo-educacao-superior-2016-pdf&category_slug=agosto-2017-pdf&Itemid=30192> Acesso em: 16 Out 2018

LOPES, Luís Fernando; PEREIRA, Maria de Fátima Rodrigues. O que e o quem da EaD. *In*: PEREIRA, Maria de Fátima Rodrigues; MORAES, Raquel de Almeida; TERUYA, Teresa Kazuko. (Org.). **Educação Distância (EaD): Reflexões críticas e práticas**. Uberlândia: Navegando, 2017. p. 09-24.

MURARO, Darcísio Natal. **Democracia como forma de vida: relações entre as ideias de John Dewey e Paulo Freire**. IX ANPED SUL – Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul. 2012. Disponível

em <http://www.ucs.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/viewFile/2984/938>> Acesso em 20 de Out de 2018.

PALANGE, Ivete. **Educação a distância**: tramas e fios, concepção, produção e implantação de ações educativas. Oficina Digital, 2017. Disponível em: <<https://essia.com/viewer/@oficinadigital/educacao-a-distancia?chapterId=2C9E80055EE9361C015F16DB2C3648B4&elm=S31888>>. Acesso em 20 de Out de 2018.

PETERS, Otto. **A Educação a Distância em transição**. São Leopoldo: Unisinos, 2012.

PIMENTEL, Nara. A modalidade a distância no Brasil: aspectos conceituais, políticos e tecnológicos. *In*: PEREIRA, Maria de Fátima Rodrigues; MORAES, Raquel de Almeida; TERUYA, Teresa Kazuko. (Org.). **Educação Distância (EaD)**: Reflexões críticas e práticas. Uberlândia: Navegando, 2017. p. 25-40.

SANTOS, Laymert Garcia dos. **Desregulagens**. São Paulo: Brasiliense, 2011.